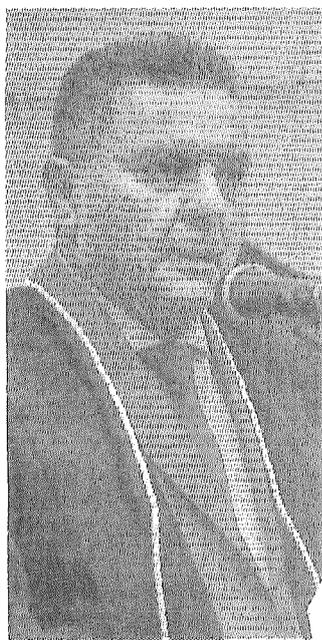


05 FEV 2019

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TJPR: Novo presidente sinaliza gestão moderna e inteligência para uso de verba pública

Novo presidente toma posse no Tribunal de Justiça do PR



O novo presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Adalberto Jorge Xisto Pereira, falou sobre sua história e como será a gestão que iniciou na última sexta-feira.

O novo presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Adalberto Jorge Xisto Pereira, falou sobre sua história e como será a gestão que iniciou na última sexta-feira. Confira discurso de posse, na íntegra:

Feitos os cumprimentos e agradecimentos iniciais, peço licença aos senhores para voltar ao ano de 1963, ano em que o casal Teresa e Gilberto tinha seu quarto filho, o único homem dos seus 05 filhos. Cleuza, Cleomara e Claudete estão aqui hoje. Minha outra irmã caçula, Rosana, nos deixou há 02 anos, mas sempre existirá. Com vocês, minhas irmãs, compartilhei sonhos comuns e a alegria da união que nos permite acreditar que nossas vidas não se tornaram túmulos de nossos ideais.

Muito tempo depois vim a saber que no ano em que nasci o Presidente norte americano John F. Kennedy (JFK) foi assassinado, trazendo novos contornos para uma década tumultuada e confusa em diversos aspectos. Na década em que nasci, o mundo viu

acontecer a Guerra do Vietnã (1955-1975) como se não tivesse início ou fim, o Brasil enfrentou instabilidade política e rupturas, Paris assistiu ao Maio de 1968 e o grande público conheceu o estilo elíptico de Rubem Fonseca, o maior contista brasileiro ainda vivo, hoje com seus 93 anos de idade. Apenas muito tempo mais tarde vim a saber quem era Jean-Paul Sartre, o constrangimento que a recusa a um Prêmio Nobel poderia causar e como uma rebelião estudantil poderia estar relacionada com o trabalho de Michel Foucault.

Da minha parte, essa década foi só encantamento, brincadeiras, passeios, expedições e futebol. Já nessa época comeci a agradecer aos ingleses por terem largado um pouco o críquete: dedicava-me ao futebol em todos os momentos possíveis, fosse com uma bolinha de papel, de meia ou mesmo com uma bola imaginária e um estádio lotado.

CONTINUA

INDÚSTRIA E COMÉRCIO 05 FEV 2019

CONTINUAÇÃO

Apesar das limitações financeiras e da vida simples que levávamos, vivi uma infância como toda criança deveria viver: em um mundo mágico, de alegrias e descobertas. A Vila Isabel, bairro tradicional de Curitiba, era um mundo enorme a ser explorado, cheio de aventuras, campos de futebol e estádios perfeitos em cada porta, rua ou portão. Não conheci os grandes autores e intelectuais nessa minha primeira década de vida, mas provavelmente me diverti com as histórias dos irmãos Grimm e de Monteiro Lobato.

Sem entender muito sobre política e as disputas ideológicas da época, aprendi com meus pais os primeiros e mais importantes valores da vida e do ser humano. A eles agradeço por terem constituído uma família onde a fé, Dom José Antonio Peruzzo, o trabalho e os rígidos costumes foram os pilares sobre os quais foi edificada a minha formação, incutindo em meu espírito lições de humildade, de perseverança, de trajetória no caminho do bem, de amor ao próximo e de temor a Deus.

Ainda me lembro da alegria do meu saudoso pai quando chegava em casa após um dia de trabalho como motorista de caminhão e me pegava no colo para me ensinar silenciosamente a força do amor. Também me lembro de acompanhar minha mãe, aqui presente com seus 86 anos de idade, ao pequeno salão de beleza que administrava como cabeleireira, graças ao qual o orçamento familiar se mantinha. Tenho enorme gratidão e grande orgulho dos meus pais, de como conseguiram manter

uma família grande e de tudo que me proporcionaram, apesar das dificuldades e de um ou outro desencontro.

Sonhos de criança em um mundo confuso demais

A década de 70 não poderia começar melhor: o Brasil conquistava o tricampeonato mundial de futebol, tínhamos Pelé e Garrincha e eu jogava futebol até o corpo não aguentar mais. Mas no final da infância e início da adolescência começamos a entender que o mundo não é feito apenas de futebol e de alegrias, apesar delas existirem e conviverem ao lado da dor e do sofrimento.

Na época não conhecia Edgar Morin para tentar entender a complexidade do mundo, a ideia de sistema, auto-organização ou o princípio holográfico. Também não conhecia Chesterton e suas lições sobre a grande obra de Deus que se pode vislumbrar no mundo ao ver um trem sair de uma estação e chegar a outra.

Nessa época, o mundo começou a não fazer tanto sentido: existia uma tal Guerra Fria lá fora, uma Revolução dos Cravos em Portugal, o petróleo um dia desapareceu da Terra, inventaram até que Elvis Presley tinha morrido. Tudo muito estranho, confuso demais. Foi nesse mesmo tempo e nesse mesmo mundo que conheci pessoas que não guerreavam, que Bob Marley espalhava a mensagem do grande Reino da Etiópia, que a TV se fez colorida, que descobri que o gênio humano poderia criar algo como "O Poderoso Chefão" e tantos outros filmes no cinema.

Sem dúvida, essa foi a época das mudanças e descobertas em minha vida. Aprendi muitas coisas no Colégio Estadual Vila Isabel com grandes e anônimos professores. Conheci o medo quando tive o olho perfurado por um prego, a importância da amizade e do amor quando na enfermaria do hospital meus familiares seguravam minha mão. Compreendi, então, a força de um abraço e os milagres que se realizam quando o ser humano está próximo um do outro. Recentemente, voltei a descobrir como milagres se realizam quando as pessoas se unem, pedem a Deus e colocam seus corações e mentes para trabalhar por amor ao próximo. Logo contarei essa história.

Mesmo sem conhecer nada do humanismo secular de Luc Ferry ou da divindade e dignidade inerente ao homem, como se aprende no Gênesis ou nos livros de teologia de Joseph Hatzinger, entendi que o ser humano faz coisas incríveis quando se preocupa com o outro, compreende que todos sofrem, sentem medo, frio, fome, têm fraquezas e qualidades ao mesmo tempo e no mesmo ser. Talvez venham de lá as raízes dessa minha preocupação com o ser humano, a sua qualidade de vida e, seguindo Amartya Sen, com a reconstrução do encontro entre as pessoas e a realização da Justiça (ou, ao menos, a redução das injustiças manifestas e corrigíveis do mundo).

CONTINUA

Ampliei minha experiência neste complexo mundo que se apresentava para mim quando, na adolescência, aos 12 anos de idade, iniciei no meu primeiro emprego, como office boy, para ajudar nas finanças familiares, abandonando minha “caixinha” de engraxate, com a qual fazia alguns “biquinhos” para arrumar alguns “trocados”. Conheci outras preocupações, novos modos de vida, novas razões. Aos 16 anos de idade fiz o curso técnico de contabilidade e assim descobri que existia o Direito, suas regras, suas áreas, o Poder Judiciário. Surgiam os primeiros raios de um novo mundo, uma nova vida, com toda a sua “complexidade sistêmica, que é, ao mesmo tempo, mais e menos que a soma de suas partes”.

Teorias do direito e da norma jurídica

A década de 1980 começou com grande expectativa, com a certeza de mais um mundial para o Brasil, com sonhos e muitas descobertas. Como imaginar que a equipe dirigida por Telê Santana, que encantava o mundo inteiro, poderia algum dia perder? Mas a vida é complexa, as situações inesperadas, muitas coisas acontecem sem preparação ou aviso.

De repente, eu estava lá, lendo “O que é Direito”, de Roberto Lyra Filho e “Teoria da Norma Jurídica”, de Norberto Bobbio, tentando decifrar palavras que jamais tinha escutado, envolvido em problemas sobre o juspositivismo ou o jusnaturalismo.

De repente, eu tinha que me esforçar para entender o que diferencia o Direito de outros sistemas normativos como a religião, a moral ou o

costume; ler e reler a “Teoria Pura do Direito” e tentar avaliar sua utilidade prática.

Como nos preocupamos com coisas estranhas quando somos jovens e não sabemos muito bem qual caminho seguir. Talvez eu não saiba qual a melhor resposta para as dúvidas dos primeiros anos da faculdade de Direito, que cursei na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, mas hoje entendo que o Direito não existe em abstrato tão somente; ele existe em decisões que influenciam pessoas, mudam vidas, determinam destinos. É no livro “O caso dos exploradores de cavernas” que começamos a entender o que é o Direito.

Naquela época, jamais imaginei que um dia iria dirigir algumas palavras aos magistrados do meu Estado, como as que passo agora a proferir convidando-os a refletir sobre a enorme responsabilidade social que carregam sobre seus ombros, pois têm em suas mãos grande parcela de autoridade e disponibilidade da própria criatura humana. É o Juiz quem interfere e delibera sobre o patrimônio econômico das pessoas. É quem regula e dá às pessoas permanência ou não nos laços de família. É quem restringe ou dilata a liberdade das pessoas, pois à sua ordem as portas das prisões se fecham ou se abrem para a liberdade. É o Juiz quem tem a possibilidade de manter incólume a honra das pessoas nas causas de calúnia, injúria ou difamação. É quem, em suma, goza da possibilidade de interpretar e aplicar a lei e distribuir Justiça.

É preciso, então, que tenhamos em mente, sempre, que da nossa decisão depende o destino de muitas vidas, que precisamos ser dignos dessa

excelsa missão, que o bom juiz é movido por duas extraordinárias forças, a **VOCAÇÃO** e o **AMOR À JUSTIÇA**, e que não podemos nos esquecer do papel do juiz moderno, segundo o qual “Não há mais lugar para a figura hierática, autoritária e dura do magistrado de casta, isolado da vida e da sociedade e envolto no orgulho de sua toga, como um nobre romano tomado de horror ao vulgo profano. A atividade do juiz deve ter um cunho prático e humano, com grandeza de alma, tato e simpatia, de par com o conhecimento exato das realidades da vida”.

Conjugo dois grandes pensadores para fechar essa década da história, na qual, em seu final, os rumos da minha vida foram estabelecidos: me formei em Direito, casei com minha amada esposa Rosane, fui aprovado em concurso público e, com muito orgulho, comecei a trabalhar como auxiliar judiciário neste Tribunal de Justiça. Mais adiante fui aprovado em outro concurso público, agora para promotor de Justiça, passando a integrar os quadros do Ministério Público do Paraná. Por fim, minha amada filha Caroline nasceu em 1989, ocasião em que conheci a grandeza e o milagre de ser pai.

Como não agradecer a você Rosane, companheira de mais de 30 anos, pelo apoio, pela compreensão e pelo especial carinho em sempre me estimular a prosseguir na caminhada?

CONTINUA

A você Rosane, ferrenha estimuladora dos meus sonhos, o meu muito obrigado pela sustentação nos momentos árduos da minha carreira e por ter me presenteado com duas joias maravilhosas: os nossos amados filhos Caroline e Gilberto.

Enfim, as promessas de uma grande década se cumpriram.

Mas voltando aos dois grandes pensadores, são eles: Castanheira Neves, grande filósofo do Direito português, e Milan Kundera, que dispensa apresentações. Para o jurisprudencialismo de Castanheira Neves, o Direito é uma alternativa humana que exige comprometimento em cada decisão. Em suas palavras: “o imperativo do direito é este: sê pessoa e respeita os outros como pessoas”. Aí está a grande responsabilidade e compreensão que todo magistrado deve ter. Nesse sentido, devemos sempre lembrar de “A insustentável leveza do ser”, pois uma vida por demais descomprometida consigo mesma e com o próximo torna-se em algum momento leve demais e, assim, insustentável.

Encanto e desencanto

A década de 1990 foi a grande década, pois tudo mudou. O mundo que o Século XIX e XX conheceu se desfez no ar, passando a existir um novo mundo, cheio de tecnologia e coisas inimagináveis alguns anos antes. Até essa década, ninguém falava sequer em inteligência emocional, quanto mais em inteligência artificial. A internet ainda era Arpanet, uma ilustre desconhecida do grande público, servindo apenas a alguns setores acadêmicos e ao Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América.

O mundo tentava se organizar com o declínio do bloco soviético, com o fim das grandes ideologias, com o avanço humanista que estava em marcha. Vale lembrar que foi apenas em 1994 que o Apartheid viu seu fim na África do Sul, que os direitos humanos ganharam relevo e preocupação global e que pudemos ver os primeiros aspectos positivos da globalização humanista.

Foi nessa década que o mundo começou a conversar, que as pessoas passaram a se locomover com facilidade, que o IBM 386 nos possibilitou pesquisar em bibliotecas e conversar com pessoas do outro lado do mundo. Ainda não existiam smart phones, Google e redes sociais e as invenções do filme “De volta para o futuro” eram apenas imaginação e sonhos.

Emprestando a expressão do sociólogo alemão Max Weber, a sociedade ocidental vivia ao mesmo tempo um encantamento com todas as possibilidades que se apresentavam e um desencantamento do mundo advindo de uma maior racionalização e do desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

Sem dúvida que a década de 90 foi um misto de alegrias e tristezas, expectativas e frustrações, sonhos, realizações e decepções. Na verdade, a vida é sempre assim, de todo ser humano, em todos os lugares. Mas aquele dribble do Caniggia em Taffarel não nos trouxe, definitivamente, um bom começo.

Contudo, no mesmo ano, depois de ser aprovado em novo concurso público, iniciei minha carreira na magistratura, um início cheio de contentamento e expectativas, realizações que se somaram durante todos esses anos.

Depois vieram outras alegrias, como o nascimento do meu amado filho Gilberto, em 1993, a consolidação da minha carreira na magistratura nas Comarcas de União da Vitória, Realeza, Siqueira Campos, Toledo e Ponta Grossa, e a certeza de que estava no lugar certo, realizando minha vocação.

Neste ponto, quando falo dessa dualidade do mundo, da vida e das pessoas, acredito que algumas palavras devem ser dirigidas aos nossos competentes servidores.

Nós esperamos que cada um dos senhores continue desempenhando suas funções com o costumeiro zelo, dedicação, responsabilidade e eficiência, a fim de que a nossa Instituição possa atingir, em tempo razoável, a sua nobre missão constitucional. E quanto à produtividade da força de trabalho, desejo lembrar que as pessoas são movidas por duas gigantescas forças antagônicas, mas que, paradoxalmente, se completam: uma delas é a competição; a outra, a cooperação.

A competição, embora necessária porque funciona, em muitas situações como um poderoso agente motivacional, pode, às vezes, trazer consequências negativas, pois quando aflora exacerbadamente no corpo de um ente coletivo, alimentando vaidades pessoais, reduz substancialmente o potencial de realização do Grupo ou da Organização. A cooperação, por sua vez, não padece desse mal. Os atos cooperativos só trazem consequências benéficas, resultados úteis para as pessoas e para a sociedade.

CONTINUA

Por isso, caríssimos servidores, nós da cúpula diretiva lhes fazemos um apelo: vamos trabalhar da forma mais colaborativa possível. Mais do que trabalho em grupo, precisamos de “espírito de equipe”, para que possamos, juntos, vencer os próximos desafios.

O tapete voador agora é real

Com a chegada do novo milênio, de volta a Curitiba, assumi a 12ª Vara Cível, a Vara de Registros Públicos, fui juiz auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça e da Presidência deste Tribunal; depois assumi o posto de juiz substituto em 2º grau e, por fim, o tão sonhado e almejado cargo de desembargador. Enfim, para lembrar Gabriel García Márquez e o Coronel Aureliano Buendía, o tapete voador, enfim, era real como o gelo. É impossível uma vida desacompanhada de erros, batalhas e frustrações, mas acreditar nos sonhos, em milagres e na poesia da vida nos faz atingir realizações incríveis, ainda que com elas venham grandes responsabilidades.

E foi assim que chegou e se iniciou a primeira década do século XXI: antes que pudéssemos nos dar conta, o Brasil era pentacampeão e estávamos na pós-modernidade ou na modernidade líquida, como sugere a obra de Zygmunt Baumann.

O “bug do milênio” não aconteceu, coisas boas aconteciam em diversas partes do mundo, mas nada mais era sólido, tudo estava em constante transformação, tudo se misturava, não conseguíamos mais identificar ou ter certeza do nosso papel no mundo. Este século, com toda certeza, exigirá mais do ser humano.

O professor e escritor Yuval Noah Harari, autor de dois livros recentes – “Homo Sapiens” e “Homo Deus” –, muito elogiado por Barack Obama, Bill Gates e Mark Zuckerberg, fez a seguinte profecia:

“Ainda teremos netos, mas não tenho muita certeza de que os nossos netos terão netos. Pelo menos não humanos”.

Ao fazer essa afirmação, aparentemente absurda, de que os netos dos nossos netos não serão humanos, Harari quis fazer uma grave advertência baseada num exercício de futurologia. Imagina-se que, num futuro não muito distante, a inteligência artificial e a biotecnologia mudarão completamente o comportamento social das pessoas, criando a classe dos seres humanos desempregados e a dos socialmente inúteis. Se isso realmente vai acontecer, nos moldes que se imagina, só o tempo dirá.

É certo que o avanço tecnológico trará muitos benefícios para os seres humanos, sobretudo no campo da saúde. Isso já vem acontecendo. Mas trará também consequências negativas para a espécie humana. Os algoritmos decidirão as nossas vidas e com isso perderemos, em parte, o nosso livre arbítrio e o nosso senso de humanidade. Assim, os netos dos nossos netos só serão, em parte, humanos porque suas decisões serão pautadas por algoritmos controlados apenas por máquinas ou por poucas pessoas – uma nova classe de dirigentes – que estabelecerão as novas regras da sociedade.

Como não se impressionar e refletir sobre o poder da vida ou da morte que máquinas

com inteligência artificial terão sobre os humanos ao ler o último livro de Dan Brown, “Origem”?

Embora destacando os benefícios dessa futura e espetacular revolução tecnológica, Harari traz reflexões sobre como a biotecnologia e a inteligência artificial podem ameaçar o humanismo e contribuir para a ascensão de uma sociedade pós-humanista. Mais do que tentar adivinhar como será o nosso amanhã, trata-se, agora, de buscar entender como estamos conduzindo o mundo e a nossa humanidade presente, para, quem sabe, se for o caso, alterarmos a rota.

A propósito, 78 anos atrás, Charlie Chaplin fez a seguinte afirmação: “Mais do que de máquinas, precisamos de humanidade”.

Neste ponto, faço a seguinte indagação: que relação há entre a sombria previsão de Harari, a que acabo de fazer referência, e este momento solene em que assumo, com inusitada honra e alegria, a presidência deste Tribunal?

Explico: o que quero destacar é que o principal foco da nossa administração serão as pessoas. Repito o que disse Chaplin: “Mais do que de máquinas, precisamos de humanidade”.

Humanidade remete a humanismo, e humanismo diz respeito a pessoas. Essa é a chave da boa administração.

Nossa gestão será baseada em dois importantes princípios. O primeiro é o princípio da absoluta valorização das pessoas que trabalham nesta Instituição: magistrados, servidores, serventuários, estagiários e colaboradores vinculados às empresas terceirizadas.

O segundo é o princípio do absoluto respeito aos interesses dos jurisdicionados, das pessoas que se socorrem dos serviços judiciários em busca de seus direitos.

Por isso, incentivaremos todas as práticas que possam trazer bem-estar e harmonia ao ambiente de trabalho; apoiaremos todas as ações que estimulem o desenvolvimento pessoal e profissional e que aumentem a eficiência e a produtividade junto com a felicidade. Somente assim poderemos cumprir, de forma eficiente, a importante missão do Poder Judiciário, de oferecer aos jurisdicionados, em prazo razoável, a prestação jurisdicional, a solução para as suas demandas.

Num mundo que, aos poucos, vai sendo dominado pela tecnologia, é bom que antes de virarmos “máquinas” cultivemos, como ensina Mohammed Bin Rashid Al Maktoum, o grande idealizador e construtor da atual Dubai, mais as emoções positivas, principalmente aquelas que criam relações cordiais ou laços afetivos entre as pessoas, sobretudo entre os integrantes de equipes de trabalho.

Sim, precisamos das máquinas, da tecnologia. Vivemos na Era Digital. É evidente que, para atender com mais eficiência e rapidez as necessidades da população, o Poder Judiciário deve se valer de todos os recursos tecnológicos modernos. Tanto é que consta do nosso Plano de Metas, dentre outras propostas, o desenvolvimento e aplicação de soluções de inteligência artificial nas rotinas relacionadas ao processo eletrônico para racionalizar o fluxo do trabalho, reduzindo o tempo de tramitação dos processos e otimizando os recursos humanos e materiais, além da melhoria das condições laborais dos servidores

e dos magistrados da capital e do interior do Estado, com iniciativas que visem à preservação da saúde física e mental no trabalho.

É sabido também que a Administração Pública – e aí se inclui o Poder Judiciário – vem utilizando a internet – esse milagroso recurso tecnológico que permite a comunicação global e instantânea –, para reduzir a circulação de papéis e, conseqüentemente, facilitar aos cidadãos o acesso às informações.

Devemos, portanto, utilizar todos os recursos que possam aumentar a produtividade e a eficiência da Administração Pública, como vem acontecendo, no caso do Poder Judiciário, por meio da acelerada implantação das ferramentas tecnológicas de comunicação digital e de informatização processual. Mas o que desejo novamente ressaltar é que o elemento mais importante em todo esse processo é o **SER HUMANO**.

As máquinas prestam bons serviços e até podem ser programadas para pensar, mas não podem expressar autênticas emoções. Apenas os seres humanos possuem sentimentos e são capazes de externar emoções positivas que podem contribuir para o bem-estar e a felicidade das pessoas.

Por isso, o aperfeiçoamento dos processos de trabalho, a melhoria da comunicação interna e externa garantindo o acesso às informações públicas, o aprimoramento da gestão de pessoas e o fortalecimento das relações institucionais são metas a serem alcançadas, norteadas que serão pela ética, pela responsabilidade social, pela sustentabilidade e pela acessibilidade.

O tripé eficiência, moralidade e transparência será a viga mestra, marcada pela harmonia e trabalho colaborativo e participativo no ambiente institucional.

Quando o mundo desaba, o ser humano o sustenta

Para encerrar, depois dessas considerações sobre humanismo, o valor único e imponderável de cada pessoa, da importância da felicidade humana e dos perigos que corremos neste novo mundo que se apresenta, trago algumas histórias e lembranças que revelam os traços distintivos da espécie humana, inigualáveis por qualquer máquina: a lealdade, a amizade e o amor, que sustentam o mundo diante da dura realidade que às vezes se impõe.

Refiro-me às pessoas que fizeram parte da minha história de vida (não máquinas, softwares ou robôs), pessoas que me ajudaram a dar maior sentido e significado a minha existência. Quero falar daqueles que ao longo da minha vida, cada um a sua maneira, contribuíram para que eu pudesse realizar cada um dos meus objetivos pessoais e profissionais, pois a experiência nos mostra que na vida vários são os episódios isolados e aparentemente inexpressivos que no futuro demonstram que foram eles que direcionaram o nosso destino.

Colho este momento para afirmar, com absoluta segurança, que a causa eficiente de me encontrar hoje tomando posse na Presidência deste Tribunal deve-se ao salutar aconselhamento do saudoso Desembargador Oto Luiz Sponholz, que sempre realçava minha vocação para a magistratura.

Por ter sido seu aluno na Pontifícia Universidade Católica do Paraná e, depois de formado, seu assessor jurídico e, mais adiante como magistrado, seu juiz auxiliar na Corregedoria-Geral da Justiça e na Presidência deste Tribunal, nele me pautei e dele extraí os melhores exemplos de todos os seus atributos pessoais e intelectuais, tendo com ele aprendido que a maior virtude de um amigo é a lealdade.

Aliás, a respeito da lealdade, lembro das primorosas palavras do Desembargador Rodrigues de Lima, proferidas no seu discurso de posse no Tribunal de Justiça de Pernambuco. Disse ele: "Sem a lealdade que devemos aos amigos e que os amigos dadivosamente nos concedem, a vida não teria nenhum sentido, porque desfalcada do seu próprio sal não passaria de uma chama sempre a extinguir-se, embora se renove tanto quando nasce uma criança, como também quando nasce uma amizade".

Com a lembrança do Desembargador Oto Sponholz, agradeço a todos os meus amigos, de todas as fases da minha vida, que me permitiram conhecer a lealdade por meio da qual aprendi merecê-los no apostolado de saber conservá-los como melhor forma de expressar-lhes a minha gratidão.

E por fim, claro, não poderia deixar de ser, quero falar do amor, que ganhou uma concretude inimaginável naquele assustador e incrível 06 de junho de 2018, dia em que meu amado neto Gregório veio ao mundo, pré-maturo com menos de 07 meses de gestação. Foram 60 dias de muito sofrimento, permeado de desespero e até mesmo de despedida. Sim, estivemos eu, meu estimado genro Rafael e minha amada sobrinha Cristiane, médica pediatra que

a tudo atendia, juntamente com o nosso capelão, Padre José Aparecido, realizando o batizado de Gregório na UTI neonatal, pois, segundo a medicina, em razão de gravíssimas intercorrências, daquele dia ele não passava. Ocorre que a fé em Deus e o amor de todos os familiares e amigos, unidos em oração, fez com que ele, Gregório, e minha amada filha Caroline, que também se encontrava desde o parto na UTI de um outro hospital, a tudo resistissem e hoje, para nossa alegria, aqui se encontram.

A Deus o meu muito obrigado por esse milagre.

A vocês (Rafael, Carol e Gregório), que hoje formam uma maravilhosa família, dedico os louros desta conquista e as emoções deste dia.

Finalizando, agora sim, externo uma vez mais o meu incondicional amor pelo Tribunal de Justiça do Paraná e renovo o juramento de me pautar pela retidão, honrado pela confiança em mim depositada pelos desembargadores que o integram. Tanto eu como os demais membros da cúpula diretiva que hoje assumem seus cargos precisaremos do apoio e da ajuda de todos, desde o nosso decano, o eminente Desembargador Telmo Cherem, de quem fui aluno na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, até o seu mais novo integrante, o emérito Desembargador Rogério Eitzel.

Unidos podemos vencer os desafios e obter bons resultados.

Como disse o filósofo dinamarquês Soren Kierkegaard: "A vida só pode ser compreendida olhando para trás; mas só pode ser vivida olhando para frente".

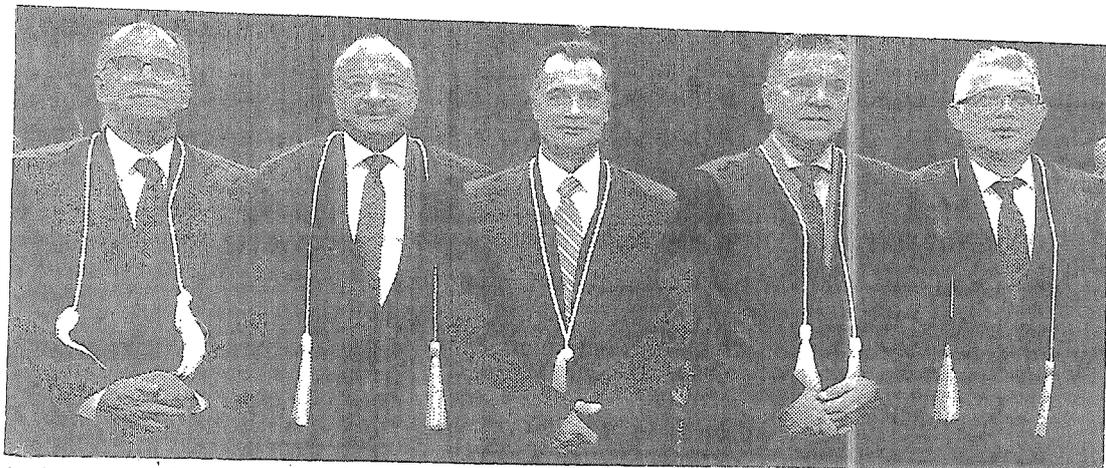
Vamos em frente!
Muito obrigado!!!

CONTINUA



"...(está em) nosso Plano de Metas, dentre outras propostas, o desenvolvimento e aplicação de soluções de inteligência artificial nas rotinas relacionadas ao processo eletrônico para racionalizar o fluxo do trabalho, reduzindo o tempo de tramitação dos processos e otimizando os recursos humanos e materiais"

Adalberto Xisto,
presidente do TJPR



Os desembargadores Luiz Cezar Nicolau, Corregedor da Justiça; José Augusto Gomes Aniceto, Corregedor Geral de Justiça; José Laurindo de Souza Netto, 2º vice-presidente; Adalberto Jorge Xisto Pereira, presidente e o Wellington Emanuel Coimbra de Moura, 1º vice-presidente

05 FEV 2019

FOLHA DE LONDRINA

Atividades no Fórum começam a ser encerradas

Edificação atual será
demolida para a
construção de um novo
prédio; obra vai custar
até R\$ 59,2 milhões



Pedro Moraes
Reportagem Local

O prédio do Fórum de Londrina, no Centro Cívico, já começa a viver seus últimos dias com salas vazias e luzes apagadas. Nesta segunda-feira (4), a 1ª e a 2ª Vara Criminal iniciaram o processo de mudança para a sede temporária da instituição, que será instalada na avenida Tiradentes, nas proximidades da avenida Arthur Thomas. Por este motivo, as seções tiveram as atividades suspensas até quarta-feira (6). Todas as repartições deverão deixar de funcionar no antigo edifício até o dia 12 de março. A transferência vem sendo acompanhada pessoalmente pelo diretor do Fórum, o juiz da 4ª Vara Criminal, Luiz Valério dos Santos. "Acredito que a adaptação tanto dos funcionários da Justiça, como dos advogados e da população vai levar um tempo, mas a estrutura nova é mais segura e necessária para que seja feita a obra", comentou o magis-

trado. A edificação atual será demolida para a construção de um novo prédio.

A principal melhoria na desativação do atual edifício, projetado pelo arquiteto Carlos Emiliano França e inaugurado em 1982, será o incremento da segurança. Tanto fisicamente - visto que o prédio instalado entre a Prefeitura e da Câmara Municipal já apresentou diversos problemas técnicos, chegando a ser evacuado - como do ponto de vista da segurança pública. "Já nessa estrutura, os presos não precisarão caminhar pelos corredores, o que permite que haja um tratamento melhor a eles e um conforto maior para quem transita nos corredores", explicou Santos.

Entre os advogados, o projeto no novo Fórum é celebrado. A atual situação da estrutura incomodava os profissionais que precisam passar por ali diariamente. Na sala da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), o ar-condicionado já não dá mais

conta da necessidade. "E o pior é que nem podemos fazer novas instalações porque o prédio não comporta. Agora vamos avaliar como será o trabalho nessa sede temporária. Vamos formar uma comissão de criminalistas para ouvir as necessidades, mas tudo faz parte do processo da obra", opinou o advogado José Carlos Mancini, diretor da OAB.

Mesmo com o bom prognóstico do edifício a ser construído, existe desconfiança entre quem está habituado a caminhar pelas rampas do Fórum. "Sempre vejo com receio essas mudanças provisórias, até porque estamos no Brasil, onde o novo dificilmente chega. Mas o que está projetado vai suprir as necessidades de Londrina por muitos anos. O atual não tem condição de manter.

CONTINUA

05 FEV 2019
FOLHA DE LONDRINA
CONTINUAÇÃO

Quantas vezes ouvimos as pessoas falarem nos corredores que o prédio tem risco de desabar”, comentou o criminalista Mário Barbosa.

A construção do novo Fórum Criminal de Londrina foi liberada em novembro de 2018, com a autorização de licitação com previsão de gastos de até R\$ 59,2 milhões. O projeto prevê sete pavimentos e três subsolos para estacionamento e terá capacidade de instalação de 18 unidades judiciais, das quais quatro serão reservadas para expansão futura. Em um primeiro momento serão instalados no edifício, além das Varas Criminais, os Juizados Especiais e as Varas da Infância e Juventude.

O edital para o chamamento das empresas interessadas em participar do processo de concorrência precisou ser republicado depois que erros técnicos foram encontrados. A previsão de abertura dos envelopes é no dia 26 de fevereiro. “Não poderíamos manter uma licitação com erros que depois pudesse ser alvo de ações na Justiça. Agora, se tudo caminhar dentro do esperado, a obra de demolição começa em abril”, concluiu o diretor do Fórum, que deverá ter uma nova sede em até dois meses depois do início da construção.

05 FEV 2019

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Inconformismo

A força tarefa da Lava Jato, decepcionada com a decisão do STJ que liberou Beto Richa e o irmão da cadeia e ainda os beneficiou com salvo conduta, avalia a possibilidade de recurso ao STF. Não foi só, pois o STJ determinou a suspensão do processo referente à Rádio Patrulha, tocada pelo Gaeco, ainda que o coordenador estadual, Leonir Batisti, entenda que o argumento usado pela defesa (o processo de licitação já inserido nos autos) é suficiente para que a ação penal tenha prosseguimento. Lamenta que a suspensão deferida atrase o processo na questão dos depoimentos.

O fato é que em dois atos do STJ o ex-governador e seus auxiliares colheram vitórias. Deltan Dallagnol lembrou que o ministro do STJ seria suspeito para julgar o caso pelo fato de haver criticado a primeira prisão do ex-governador Beto Richa, em 2018.

05 FEV 2019

FOLHA DE LONDRINA

Operação Lava Jato está longe do fim, diz novo chefe da PF no Paraná

Estelita Hass Carazzai

Folhapress

Curitiba - Prestes a completar cinco anos, a Operação Lava Jato está "longe do fim", segundo o novo superintendente da Polícia Federal no Paraná, Luciano Flores de Lima. Em cerimônia de posse nessa segunda-feira (4), o delegado afirmou que "outras operações estão no forno" e que há "boas fases por vir". A expectativa, entre os investigadores, é que este ano seja tão movimentado quanto 2016, quando foram realizadas 16 fases.

Inquéritos que investigam agentes políticos que não se reelegeram e perderam o foro privilegiado, por exemplo, devem descer à primeira instância - e podem ser alvos de novas operações e denúncias. Flores atuou na Lava Jato entre 2014 e 2016, e foi responsável pelo interrogatório do ex-presidente Lula durante sua condução coercitiva. Ele atribuiu à investigação o papel de "passar a limpo a história".

"A sensação de impunidade está dando lugar à sensação de punidade", disse. O cargo foi transmitido pelo atual diretor-geral da PF, Maurício Leite Valeixo - que não falou com a imprensa. Valeixo trabalhou por 12 anos no Paraná, e foi superintendente no estado por pouco mais de um ano. Junto



O degelado Luciano Flores de Lima: "Outras operações estão no forno"

com Valeixo, muitos dos membros da força-tarefa original da Lava Jato assumiram posições de comando na PF em Brasília.

O ex-coordenador da Lava Jato, delegado Igor Romário de Paula, é o diretor da Dicor (Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado). O delegado Márcio Anselmo, considerado um dos pais da operação, lidera a coordenação-geral de repressão à corrupção desde o ano passado.

Já o perito Fábio Salvador, que chefiou por anos a perícia da PF no Paraná, assumiu recentemente a Diretoria Técnico-Científica, em Brasília.

05 FEV 2019

FOLHA DE LONDRINA

Projeto

tem pontos fundamentais de combate ao crime

A escalada das facções criminosas desafia as polícias, a Justiça e até o presidente da República e governadores, pois mesmo aumentando as vagas em presídios ou a verba para segurança, os crimes continuam sendo praticados sob a ordem dos líderes dessas organizações. A onda de violência que tomou conta da cidade de Fortaleza, no início deste ano, é um exemplo do poder de organização desses grupos que geralmente orquestram suas ações de dentro de presídios.

Com base nesse contexto, não poderia faltar no pacote anticrime do ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, medidas de enfrentamento às facções criminosas. O Projeto de Lei Anticrime, que o Palácio do Planalto pretende enviar ao Congresso Nacional em breve, foi apresentado nesta segunda-feira (4), por Moro, a governadores, secretários estaduais de segurança e imprensa.

Uma das medidas propostas pelo ex-juiz da Lava Jato é que as organizações criminosas mais violentas em atuação no Brasil passem a ser identificadas e nomeadas em lei. Se poucas coisas tiveram capacidade de inibir a atuação das facções, Moro pretende contra-atacar tornando a lei e as penas mais duras para quem faz parte dessas organizações.

Se as mudanças sugeridas pelo ministro forem aprovadas pelo Congresso, as lideranças das organizações criminosas devem, quando condenadas, iniciar o cumprimento da pena em penitenciária de segurança máxima. Ele não poderá progredir de regime de cumprimento de pena ou receber outros benefícios prisionais.

O projeto prevê mudanças em 14 leis. Bandeira do ministro, o combate à corrupção também está presente no projeto, que chegará rapidamente à Câmara, espaço para que as medidas sejam discutidas e aperfeiçoadas, se necessária. Deputados e senadores têm à frente um debate que não pode mais ser adiado. O combate à criminalidade precisa ser uma agenda de fato no Congresso.

05 FEV 2019

FOLHA DE S. PAULO

Moro costura apoio para prisão após 2ª instância e criminalização de caixa 2

Ministro mostra plano anticrime a governadores e Congresso; oposição critica salvo conduto para policiais, e Moro nega 'licença para matar'

Camila Mattoso e
Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA Na sua principal ação desde que deixou a 13ª Vara Federal de Curitiba para ingressar no governo Jair Bolsonaro (PSL), o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, divulgou nesta segunda (4) um projeto para modificar 14 leis e endurecer as penas para o crime organizado, corrupção e delitos violentos.

O texto inclui o cumprimento provisório da pena após condenação em segunda instância (tema prioritário para Moro) e a criminalização do caixa dois. “Não adianta mexermos no restante da legislação se o processo penal não funcionar e não chegar ao fim num tempo razoável”, disse Moro.

Para permitir a execução da pena antes do trânsito em julgado, Moro defende alterar o Código de Processo Penal.

“Ao proferir acórdão condenatório, o tribunal determinará a execução provisória das penas privativas de liberdade, restritivas de direitos ou pecuniárias, sem prejuízo do conhecimento de recursos que vierem a ser interpostos”, diz o texto apresentado.

Trata-se de um dos temas que mais geraram controvérsia nos últimos meses.

Desde 2016, o STF (Supremo Tribunal Federal) adotou o entendimento de que uma pessoa já condenada por um tribunal colegiado pode começar a cumprir sua pena.

Esse entendimento teve impacto direto na prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sentenciado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. O STF marcou para 10 de abril nova análise do tema.

Em relação à criminalização do caixa dois, Moro pede que seja considerado crime eleitoral “arrecadar, receber, manter, movimentar ou utilizar qualquer recurso, valor, bens ou serviços estimáveis em dinheiro, paralelamente à contabilidade exigida pela legislação eleitoral”.

Atualmente casos de caixa dois eleitoral são julgados com base em um dispositivo que aborda omissão ou falsidade na prestação de contas. Não há registro no Tribunal Superior Eleitoral de condenações nesse sentido. Tampouco há previsão de pena mínima ou responsabilização do doador.

Moro pede que seja estabelecida pena de dois a cinco anos para caixa dois — com aumento de até dois terços caso seja agente público.

A criminalização dessa prática chegou a constar de um projeto encampado pelo Ministério Público. Os parlamentares desfiguraram a matéria, que nunca foi aprovada.

Questionado se seu pacote não poderia ter esse mesmo destino, Moro afirmou que no Congresso há “um outro momento político”. “Há abertura maior para propostas relacionadas à área de corrupção.”

Moro começou a costurar alianças que lhe permitam reunir apoio parlamentar.

A apresentação do texto foi feita nesta segunda a um grupo de governadores, que ouviram do ministro um apelo para movimentar suas bancadas no Congresso.

Antes da audiência com os governadores, o ex-juiz teve uma reunião com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM). Ao longo da semana, ele pretende se encontrar com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP).

A proposta de Moro precisará passar por comissões do Congresso e ser aprovada pelo plenário das duas Casas, por maioria simples, antes de ir para sanção de Bolsonaro.

Para ter maior chances de êxito no Legislativo, Moro optou por não encampar mudanças constitucionais — ele poderia, por exemplo, tentar cristalizar o entendimento sobre a prisão sem o trânsito em julgado na Constituição.

No entanto, caso houvesse uma emenda constitucional, a tramitação seria mais lenta e necessitaria de quóruns de votação maiores.

O ministro da Justiça cita nominalmente, no texto, as principais facções do Brasil no trecho que enquadra o que são organizações criminosas.

CONTINUA

05 FEV 2019

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Moro quer inserir na lei referências diretas ao PCC (Primeiro Comando da Capital), Comando Vermelho, Família do Norte, Terceiro Comando Pura e Amigo dos Amigos, além das milícias.

Ao justificar esse ponto, ele disse que se baseou na legislação italiana. Moro defendeu que “é necessário jogar mais duro com essas entidades”.

Em mensagem enviada ao Congresso para início dos trabalhos legislativos, Jair Bolsonaro reforçou esse discurso e afirmou que o governo declarou “guerra ao crime organizado”. “Guerra moral, guerra jurídica, guerra de combate. Não temos pena e nem medo de criminoso. A eles sejam dadas as garantias da lei e que tais leis sejam mais duras. Nosso governo já está trabalhando nessa direção”, afirmou.

Moro também colocou em seu pacote um item que estabelece que pessoas condenadas por peculato, corrupção passiva ou corrupção ativa devem começar a cumprir suas penas já em regime fechado.

Ele deixa como exceção apenas se “a coisa apropriada ou a vantagem indevida” for de “pequeno valor”.

Outro item que consta no pacote é a possibilidade que estados construam presídios de segurança máxima. Hoje, só a União é responsável por esse tipo de estabelecimento.

O projeto de lei de Moro repercutiu no Congresso.

O deputado Marcelo Freixo (PSOL) criticou um item da redação que modifica o que é considerado excludente de ilicitude e legítima defesa. Moro quer enquadrar nesse rol o “agente policial ou de segurança pública que, em conflito armado ou em risco iminente de conflito armado, previne injusta e iminente agressão a direito seu ou de outrem”.

Para Freixo, “a medida dará salvo conduto jurídico a policiais que cometerem execuções”. Moro rebateu: “Não existe nenhuma licença para matar. Quem afirma isso está equivocado, não leu o projeto”, afirmou. “Na verdade, estabelece uma situação de conflito armado ou um risco iminente. Acho que o policial não precisa esperar levar um tiro para ele poder tomar alguma espécie de reação”, completou.

Na base de Bolsonaro o pacote foi visto com entusiasmo. “Confronto armado com a polícia’ é eufemismo para bandido tentando assassinar policial”, disse, no Twitter, a deputada Carla Zambelli (PSL).

Colaboraram Reynaldo Turollo Jr e Angela Boldrini

“

Guerra moral, guerra jurídica, guerra de combate. Não temos pena e nem medo de criminoso. A eles sejam dadas as garantias da lei e que tais leis sejam mais duras

Jair Bolsonaro
em mensagem
ao Congresso

“

A medida dará salvo conduto jurídico a policiais que cometerem execuções

Marcelo Freixo
deputado pelo
PSOL

“

Não existe nenhuma licença para matar. Quem afirma isso está equivocado, não leu o projeto

Sergio Moro
ministro da
Justiça

05 FEV 2019

FOLHA DE S. PAULO

ALBERTO ZACHARIAS TORON

Advogado, doutor em direito pela USP, professor de processo penal da Faap e autor do livro "Habeas Corpus e o Controle do Devido Processo Legal"

Brumadinho: a punição dos culpados e o dolo eventual

Acusar executivos de homicídio doloso é absurdo

Na abertura dos trabalhos deste ano no Supremo Tribunal Federal, o presidente Dias Toffoli falou da tragédia de Brumadinho. Ao solidarizar-se com as vítimas e suas famílias, externou o que está na cabeça de todos: "Essa lamentável tragédia é uma prova dolorosa de que é preciso mais agilidade nas ações administrativas, políticas e jurisdicionais. A nação brasileira espera rigor e celeridade das autoridades competentes na apuração das responsabilidades para que se realize efetiva justiça".

Mas a palavra justiça não pode ser um eufemismo para esconder a arbitrariedade de prisões pressupondo a culpa de quem é mero investido e, pior, invocando a ocorrência de crimes mais graves do que os previstos em lei apenas com o intuito de se dar uma resposta rigorosa, numa espécie de catarse social.

Rigor fora da lei é abuso intolerável. Daí a advertência do ministro Celso de Mello, decano do STF, de que o processo penal "não se projeta e nem se exterioriza como uma manifestação de absolutismo estatal".

Não bastassem as precipitadas prisões de alguns engenheiros, numa verdadeira presunção de culpa, sem que nem sequer haja um laudo

da polícia técnica atestando uma suposta fraude nas inspeções da barragem, já se fala no dolo eventual de todos aqueles que, direta ou indiretamente, intervieram na barragem — para deixar claro, não advogo para nenhum dos envolvidos neste caso.

Para melhor situar o tema, vale recordar que o dolo é a vontade consciente de realizar um crime. Daí o Código Penal (art. 18, inc. I) dizer que o crime é "doloso, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo". Na primeira parte temos o dolo direto (querer o resultado) e na segunda o chamado dolo eventual.

Nelson Hungria, pai da fórmula do Código Penal, salientava que "assumir o risco é alguma coisa mais que ter consciência de correr o risco: é consentir previamente no resultado, caso venha este, realmente, a ocorrer". Há uma razão jurídica (e também prática) a exigir a demonstração de que o agente, mais do que assumir o risco, anuiu previamente com a ocorrência do resultado, isto é, ratificou-o de antemão.

É que no comportamento imprudente o agente também desenvolve uma conduta arriscada, vale dizer, pratica um fato perigoso, inobser-

vando um cuidado necessário, mas não quer o resultado.

Pergunta-se: seria possível dizer-se que os engenheiros e diretores da Vale queriam que a barragem rompesse? Ou mesmo assumiram o risco de que isso ocorresse, ratificando esse resultado de antemão? Parece pouco provável que sim, salvo a hipótese de as investigações, no futuro, demonstrarem o contrário. Poderia ter havido grave negligência, imprudência ou até imperícia dos engenheiros? Deixemos a perícia e as investigações oficiais falarem.

Mas, mesmo que se afastem essas questões e se admita que houvesse dolo eventual em relação à possibilidade do rompimento da barragem, é evidente que nesse caso o crime a se identificar é o de inundação agravada pelo resultado morte, e não o de homicídio doloso — a não ser, é claro, que se demonstre a vontade de se matar alguém ou um grupo de pessoas.

A indeterminação das pessoas atingidas é o que diferencia o dolo do homicida da ação de quem pratica o crime de inundação agravada pelo resultado morte. Essa é a lição unânime dos estudiosos do direito penal e do próprio Supremo Tribunal Federal (Extradição 654). Foi também o entendimento firmado recentemente pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região, em acórdão unânime da sua 4ª Turma, no caso de Mariana.

Fosse diferente, o Ministério Público se veria na obrigação de ter que denunciar todos os envolvidos também por inúmeras tentativas de homicídio das pessoas que se salvaram e, pior, admitir que queriam a morte das vítimas por asfixia. Convenha-se que essa demasia demonstra o absurdo da ideia de homicídio doloso.

05 FEV 2019

FOLHA DE S. PAULO

Justiça paralisa barragem da maior mina da Vale em Minas Gerais

Pedido é do Ministério Público estadual; empresa diz que licença está em dia e vai recorrer

Lucas Vettorazzo

RIO DE JANEIRO A Justiça de Minas Gerais determinou que a Vale suspenda a operação das barragens da mina de Brucutu. A unidade produz 30 milhões de toneladas de minério de ferro ao ano e é a maior da empresa no estado.

A decisão foi tomada em ação civil pública movida pelo Ministério Público de Minas Gerais contra a mineradora.

O processo está em segredo de Justiça, mas a Vale confirmou a notificação judicial e informou que vai recorrer.

Na prática, segundo a empresa, a decisão paralisa as atividades do complexo de Minas Centrais, responsável pela maior fatia de produção da Vale no estado, localizado no município de São Gonçalo do Rio Abaixo, cidade a 124 quilômetros da capital mineira.

A ação corre na 22ª Vara Cível de Belo Horizonte.

Segundo a decisão judicial, a empresa é obrigada a paralisar as atividades de oito barragens de rejeitos na região.

A empresa, de acordo com a decisão, fica obrigada a se abster de "lançar rejeitos ou praticar qualquer atividade potencialmente capaz de aumentar os riscos das barragens".

Ao menos três barragens atingidas pela decisão judicial têm tecnologia de construção a montante, semelhante às que se romperam em Mariana e Brumadinho.

A tecnologia é mais antiga e, segundo especialistas, mais suscetível a rompimentos.

A mineradora informou que as três barragens com tecnologia antiga — Forquilha I, II e III — já não estavam operando mais e que elas integram o plano de descomissionamento de todas as estruturas do tipo no Brasil, anunciado depois da tragédia de Brumadinho.

A Vale afirmou que as demais barragens que terão de paralisar as atividades são de tecnologia "convencional".

A exceção da barragem de Laranjeiras, as outras quatro, segundo a empresa, não recebem rejeitos. Elas teriam "propósito exclusivo de contenção de sedimentos e não de disposição de rejeitos", segundo a mineradora.

As outras quatro barragens que deverão ser paralisadas de acordo com a decisão judicial são Menezes II, Capitão do Mato, Dique B, Taquaras.

A companhia informou que suas barragens têm licenciamento ambiental e estão com os atestados de estabilidade em dia. "A Vale entende, assim, que não existe fundamento técnico ou avaliação de risco que justifique uma decisão para suspender a operação de qualquer dessas barragens", diz a empresa em nota.

Vale bateu recorde de produção no Brasil no terceiro trimestre do ano passado, tendo atingido a marca de 104,9 milhões de toneladas de minério de ferro no período.

Desse total, 28 milhões de toneladas vieram dos complexos de Itabira, Mariana e Minas Centrais, este último que abriga a mina de Brucutu.

Esses três complexos compõem o chamado sistema Sudeste da mineradora, com unidades espalhadas por Minas Gerais.

Esse sistema respondeu por 27% da produção da Vale no 3º trimestre. A empresa não divulga quanto cada mina produz individualmente.

Já a mina do Córrego do Feijão, cuja barragem se rompeu no dia 25 de janeiro, faz parte do complexo do Paraopeba, que, com os complexos de Vargem Grande e Minas Itabirito compõe o sistema Sul da empresa.

Juntas, as unidades do Sul produziram 22,4 milhões de toneladas no terceiro trimestre do ano passado, o equivalente a 21,3% da produção total da Vale no período.

Após a tragédia de Brumadinho, a Vale anunciou o fim das barragens com a metodologia de alteamento a montante. Serão desativadas todas as barragens construídas com o método semelhante ao usado em Brumadinho e Mariana. O processo de devolução das dez estruturas para a natureza será de até três anos.

O custo total estimado é de R\$ 5 bilhões e, no período, a produção de minério de ferro da Vale poderá ser reduzida em até 10% — a medida afetaria até 40 milhões de toneladas por ano.

05 FEV 2019

FOLHA DE S. PAULO

Justiça penhora apartamento do presidente da Livraria Cultura

Arresto visa a fazer frente a dívida de R\$ 2,7 milhões com Banco Original; cabe recurso da decisão

Raquel Landim
e Rogério Gentile

SÃO PAULO A Justiça determinou a penhora de um apartamento do empresário Sérgio Herz, presidente-executivo e sócio da Livraria Cultura, para fazer frente a uma dívida de R\$ 2,7 milhões com o Banco Original.

A Livraria Cultura está em recuperação judicial desde 24 de outubro do ano passado, com uma dívida total que chega a R\$ 285 milhões. Desse montante, são R\$ 63 milhões com bancos e R\$ 92 milhões com fornecedores.

Localizado em uma região nobre da zona oeste de São Paulo, o imóvel penhorado pela Justiça a pedido do banco possui uma área construída de 424 metros quadrados e cinco vagas de garagem.

Conforme os autos do processo, a que a Folha teve acesso, esse apartamento não é a residência de Herz, que declarou viver na zona sul da capital paulista.

A decisão sobre a penhora é da juíza Tonia Yuka Kôroku, da 13ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do estado de São Paulo, e foi proferida no dia 29 de janeiro.

A defesa do empresário ainda pode recorrer da decisão.

Conforme o processo, o Banco Original, que pertence à holding J&F da família Batista, só conseguiu a penhora do bem porque Herz figura como avalista da dívida da empresa F Brasil, que pertence ao Grupo Cultura.

A defesa de Herz vem argumentando que os bens do empresário não podem ser arrestados, já que a Livraria Cultura está em recuperação judicial. O banco, por sua vez, afirma que a proteção concedida pela Justiça se aplica apenas à empresa, e não aos seus avalistas, e que pessoas físicas não têm direito a pedir recuperação judicial.

O mérito do processo ainda não foi julgado, mas a juíza concedeu a penhora antecipada para evitar riscos de venda do bem. Se a penhora for mantida na decisão final, o apartamento vai a leilão.

Procurados, Sérgio Herz e o Banco Original não quiseram comentar.

O Banco Original é credor do Grupo Cultura desde março do ano passado, quando topou assumir dívidas da empresa com três fornecedores: Sony Brasil (R\$ 1,26 milhão), Allied Tecnologia (R\$ 238,6 mil) e Dell Computadores (R\$ 1,1 milhão).

A instituição financeira pagou aos fornecedores, mas não recebeu do Grupo Cultura. Os vencimentos desses empréstimo ocorreram ao longo do primeiro semestre de 2018. O primeiro pedido de penhora do apartamento ocorre no início de outubro, antes até da recuperação judicial.

No fim de 2018, o Grupo Cultura propôs pagar aos credores apenas 30% das dívidas e num prazo de 14 anos. Além do calote de 70%, deseja que os pagamentos ocorram após dois anos de carência e em 48 parcelas trimestrais.

O corte de 70% atingiria apenas os credores que não se dispusessem a ajudar a empresa.

Os chamados credores "incentivadores" e "estratégicos" teriam um pagamento em condições menos drásticas.

Seria o caso, por exemplo, dos locadores de imóveis que aceitassem reduzir por ao menos dois anos o valor dos aluguéis para patamares considerados suficientes pelo Grupo Cultura.

CONTINUA

05 FEV 2019

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Para esses credores, o deságio seria de 30%, sendo que a dívida seria paga em 20 parcelas trimestrais (cinco anos), após carência de um ano.

Os fornecedores que aceitassem celebrar novos contratos "em condições adequadas de mercado" com a livraria até 30 dias após a homologação do plano também teriam um calote menor.

Sofreriam um deságio de 25% no valor, com pagamento em 48 parcelas trimestrais após dois anos de carência. Já as empresas que não interromperam o fornecimento de produtos não sofreriam deságio. Mas seriam pagas após dois anos e em 48 parcelas trimestrais.

A proposta precisa ser aprovada por um assembleia de credores e homologada pela Justiça. Se isso não ocorrer, pode ser decretada a falência com a liquidação dos ativos, o que, normalmente, costuma ser insuficiente para atender a todos os credores.

Livraria Cultura deve mais de R\$ 150 milhões a bancos e fornecedores

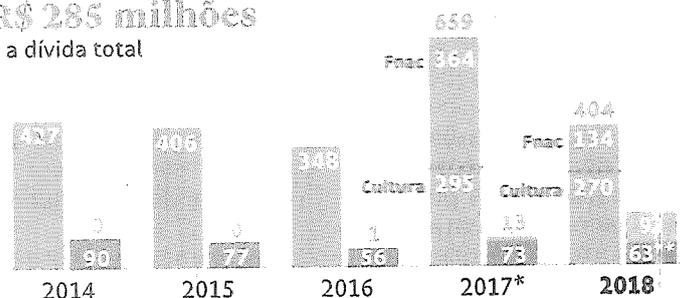
Evolução da receita líquida e das dívidas do Grupo Cultura

■ Receita líquida ■ Dívida bancária ■ Dívida com fornecedores

Em R\$ milhões

R\$ 285 milhões

é a dívida total



*incorporação da Fnac ** setembro de 2018
Fonte: pedido de recuperação judicial do Grupo Cultura

05 FEV 2019

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

A QUATRO MÃOS O presidente do STF, ministro Dias Toffoli, deve fazer sugestões ao pacote anticrime formulado por Sergio Moro (Justiça). Técnicos do Conselho Nacional de Justiça já estão debruçados sobre o texto.

DESUNIDO Outros setores também querem se fazer ouvir. Associações de delegados da Polícia Federal vão enviar propostas a Moro. Eles reclamam que o ministro não ouviu entidades que representam a categoria antes de apresentar o projeto.

CARAPUÇA “O ministro da Justiça defende a aplicação da lei, e não governantes. Mas voltou o tempo dos que, diante de situações constrangedoras, dizem: ‘nada a declarar’”. A fala é de José Eduardo Cardozo, ministro da Justiça na era Dilma Rousseff, e o destinatário é Sergio Moro.

CARAPUÇA 2 O atual ocupante da pasta disse, ao ser questionado sobre colega da Esplanada que, como revelou a Folha, é suspeito de ter montado uma rede de candidaturas laranjas para desviar dinheiro público, que o tempo de ministros que atuavam como advogado de defesa do governo passou.

CARAPUÇA 3 A fala de Cardozo é uma referência a Armando Falcão, conhecido como “ministro nada a declarar”, que atuou no governo de Ernesto Geisel, na ditadura militar.

MÔNICA BERGAMO

LUPA A OAB está passando um pente fino no projeto anticrime apresentado na segunda (4) pelo ministro da Justiça, Sergio Moro. “Nos preocupa que o projeto possa levar a uma maior letalidade da polícia brasileira, que já é a que mais mata no mundo”, diz o presidente da entidade, Felipe Santa Cruz. O projeto de Moro isenta de responsabilidade policiais que matarem em confronto.

LINHA DIRETA A entidade se preocupa também com outros pontos. O projeto autoriza, por exemplo, diretores de estabelecimentos de segurança máxima a suspenderem as visitas dos detentos mediante ato motivado. A OAB quer deixar claro que a norma não se aplicará a advogados.

05 FEV 2019

JORNAL DO ÔNIBUS

DELAÇÃO HOMOLOGADA

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) homologou o acordo de colaboração premiada do ex-diretor da Secretaria de Educação do Paraná (Seed), Maurício Fanini. Em novembro de 2018, Fanini – que é réu em três ações da Operação Quadro Negro – fechou o acordo com o Ministério Público do Paraná (MPPR). Logo em seguida, começou a prestar depoimentos na sede do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), em Curitiba.

05 FEV 2019

JORNAL DO ÔNIBUS

Médico e ex-prefeito têm R\$ 4 milhões bloqueados

A 2ª Vara da Fazenda Pública de Campo Largo decretou a indisponibilidade de bens do ex-prefeito (gestão 2013-2016) e outras três pessoas (um ex-servidor público, um ex-secretário de Saúde e um procurador do município) investigadas por atos de improbidade administrativa. A decisão, em caráter liminar, responde ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Paraná a partir de investigação relacionada à conduta do ex-servidor, que ocupava o cargo de médico no município. O montante total bloqueado foi de R\$ 4.032.641,68, sendo R\$ 1.008.160,42 de cada um dos réus.

Investigação da 1ª Promotoria de Justiça de Campo Largo demonstrou que, entre novembro de 2013 e dezembro de 2016, o servidor, embora recebesse integralmente os vencimentos referentes ao seu cargo público, não cumpria sua jornada de trabalho, prestando atendimento em hospital particular enquanto deveria cumprir expediente em unidades de saúde da cidade. A Promotoria destacou que os agentes públicos "violaram, a uma só vez, os princípios da legalidade, da impessoalidade e da moralidade". ■

05 FEV 2019

BEMPARANÁ

STELLA WINNIKES



Posse da nova diretoria do Tribunal de Justiça do Paraná

Na última sexta-feira dia 1º de fevereiro, aconteceu a cerimônia de posse da nova diretoria do TJ-PR. A nova Cúpula Diretiva será formada pelo Presidente, Desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira; pelo 1º Vice-Presidente, Desembargador Wellington Emanuel Coimbra de Moura; pelo Corregedor-Geral da Justiça, Desembargador José Augusto Gomes Aniceto; pelo 2º Vice-Presidente, Desembargador José Laurindo de Souza Netto, e pelo Corregedor de Justiça, Desembargador Luiz Cezar Nicolau.



Na foto, Dr. Oscar Silvério cumprimenta o novo presidente do Tribunal de Justiça, o desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira.

05 FEV 2019

BEMPARANÁ

TEMER

Barroso envia investigação para 1ª instância

Ao encaminhar para a Justiça Federal do Distrito Federal as investigações contra Michel Temer, o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), também decidiu ontem, atender a pedidos da Procuradoria-Geral da República (PGR) para fatiar o inquérito dos Portos e encaminhar para a primeira instância as apurações que envolvem outras figuras que se tornaram alvo da Polícia Federal, como Maristela Temer e o coronel João Baptista Lima Filho, respectivamente filha e amigo de Temer.

Barroso encaminhou para a Justiça Federal de São Paulo a investigação sobre suposto crime de lavagem de dinheiro cometido por Maristela Temer.

De acordo com a denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o ex-presidente, um dos exemplos da relação entre Temer e empresas do setor portuário em nome do coronel Lima seria a reforma de casa de Maristela em São Paulo.

Bloqueio

A 2ª Vara da Fazenda Pública de Campo Largo (região Metropolitana de Curitiba), decretou o bloqueio de bens do ex-prefeito da cidade (gestão 2013-2016) e outras três pessoas (um ex-servidor público, um ex-secretário de Saúde e um procurador do município) investigadas por atos de improbidade administrativa. A decisão liminar atende ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público a partir de investigação relacionada à conduta do ex-servidor, que ocupava o cargo de médico no Município. O montante total bloqueado foi de R\$ 4.032.641,68, sendo R\$ 1.008.160,42 de cada um dos réus.

Expediente

Segundo a investigação, entre novembro de 2013 e dezembro de 2016, o servidor, embora recebesse integralmente os vencimentos referentes ao seu cargo público, não cumpria sua jornada de trabalho, prestando atendimento em hospital particular, do qual é um dos responsáveis, enquanto deveria cumprir expediente em unidades de saúde da cidade. A prática foi viabilizada a partir de acordo firmado pelo então servidor com a administração, que contou com a anuência do procurador, do então secretário de saúde e do ex-prefeito, que lhe permitia cumprir a jornada pública de trabalho em seu hospital privado, no qual atenderia os pacientes da rede municipal que necessitassem de tratamento de feridas crônicas (sua área de especialidade, ainda que seu cargo público fosse de clínica geral).

05 FEV 2019

BEMPARANÁ

Pacote de Sérgio Moro criminaliza prática de caixa 2

Ministro admitiu que medida não é retroativa e só valerá para crimes futuros

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, afirmou ontem que a mudança na legislação em relação ao caixa dois não revoga o artigo 50 do Código Eleitoral e que, se for aprovada, a proposta não retroage. Atualmente, a punição se dá com base em um artigo que trata de falsidade ideológica em eleições. O projeto também considera crime arrecadar, manter, movimentar ou usar valores que não tenham sido declarados à Justiça Eleitoral.

A proposta consta no pacote anticrime apresentado mais cedo a governadores e secretários estaduais. Especificamente sobre o ponto relativo ao caixa dois, Moro ressalta que o tema ainda será discutido dentro do Congresso. "Esta é uma medida importante para avançar e eliminar esse fator de trapaça dentro do processo eleitoral. É uma tipificação mais adequada a esse tipo de conduta", comentou.



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Moro: proposta regulamenta prisão em 2ª instância

Turismo - O ministro evitou comentar as suspeitas de uso irregular de recursos em campanha pelo colega dele responsável pela pasta do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, mas afirmou que não vai ser advogado de membros do governo. "O tempo de ministros da Justiça que atuavam como advogados de membros do governo federal está no passado", afirmou em coletiva de imprensa, durante a apresentação do pacote de leis anticrime, sem citar o nome de Marcelo Álvaro.

De acordo com a Folha de S.Paulo, Marcelo, único representante do PSL no ministério, patrocinou um esquema de candidaturas laranjas em Minas Gerais que direcionou dinheiro público de campanha para empresas ligadas ao seu gabinete na Câmara.

Dos R\$ 279 mil do fundo eleitoral repassados pelo PSL a quatro candidatas mulheres, ao menos R\$ 85 mil foram parar oficialmente na conta de quatro empresas que são de assessores, parentes ou sócios dele. O ministro defende

que a distribuição do fundo partidário cumpriu rigorosamente o que determina a lei".

2ª instância - O ministro da Justiça afirmou que cabe ao governo federal liderar a iniciativa para mudança sobre a possibilidade de prisão após condenação em segunda instância. Uma das propostas do projeto é tornar a prisão após segunda instância uma regra no sistema judicial criminal. Atualmente, a possibilidade de prisão após condenação em julgamento em órgão colegiado é possível com base em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo Moro, o objetivo da proposta é deixar claro, via projeto de lei, que a prisão após a 2ª instância deve ser uma regra.

"Importante para corrupção, para crime violento e para crime organizado. Não adianta elevar pena, por exemplo, de homicídio se o processo não chega ao final", afirmou Moro.

METRO 05 FEV 2019

Lotadas, delegacias voltam a preocupar em Curitiba

Prisões. Levantamento mostra que há 1.170 presos em 14 unidades com capacidade para 341. São José dos Pinhais tem surto de sarna

O Conselho da Comunidade da Comarca de Curitiba e Região Metropolitana comunicou na sexta-feira à Sesp (Secretaria de Estado da Segurança Pública) e ao Depen (Departamento Penitenciário) do Paraná sobre a superlotação das carceragens de delegacias. O levantamento do órgão de execução penal contabilizou 1.170 detentos em 14 unidades com capacidade para 341 pessoas.

As situações mais graves foram verificadas na Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos de Curitiba, que abriga 114 presos em um espaço destinado para apenas oito, e na Delegacia de São José dos Pinhais, que além da superlotação enfrenta um surto de sarna.

Na semana passada, após uma comunicação do Conselho, a Vigilância Sanitária interditou a cadeia de São José dos Pinhais. Segundo a presidente do Conselho, a advogada Isabel Kugler Mendes, a carceragem já havia sido interdita em 2015. Na semana passada o local abrigava 52 homens e três mulheres – a delegacia só tem espaço para oito homens.

O Depen informou ontem que 12 detentos de São José dos Pinhais foram

“O sistema está comprometido, vai acontecer no Paraná o que aconteceu no Ceará”

ISABEL KUGLER MENDES, PRESIDENTE DO
CONSELHO DA COMUNIDADE DE CURITIBA

transferidos, mas os presos gravaram um vídeo dizendo que a situação continua grave. “Tiraram 12, só que no fim de semana entraram mais 12”, diz Isabel Kugler Mendes. “Fizemos uma visita hoje (ontem) e continua tudo do mesmo jeito”.

A advogada teme que o surto de sarna atinja os policiais e a comunidade. “O laudo da Vigilância Sanitária mostra que pode virar uma epidemia”, aponta. Outro problema é a situação das três detentas, que estão acorrentadas pelos pés, de acordo com Isabel Mendes. “Elas estão em um cubículo sem água e sem banheiro. Na carceragem masculina, o ar só entra por um buraco de dez por vinte centímetros”.

Problema crônico

A superlotação de carceragens é um problema crônico em todo o Paraná por causa da falta de vagas no sistema penitenciário. Isabel Kugler Mendes lembra

que a última penitenciária inaugurada no estado foi em 2010, durante o governo de Roberto Requião.

“Depois disso, não foi construída uma cela sequer. Nada melhorou. O sistema está comprometido, vai acontecer no Paraná o que aconteceu no Ceará”, diz a advogada, lembrando as rebeliões ocorridas neste ano no estado do Nordeste.

Em nota, o Depen informou que, com o receso judiciário de fim de ano, “houve uma diminuição na saída de presos do sistema prisional”, o que reduziu a oferta de vagas. Segundo o Depen, a situação será discutida no Comitê de Transferência de Presos, “para que providências conjuntas possam ser adotadas até que a situação seja normalizada”. O órgão informou ainda que mais dez presos devem ser transferidos de São José dos Pinhais nesta semana e que a Secretaria de Saúde do município está acompanhando a situação dos detentos.



JOSÉ MARCOS
LOPES
METRO CURITIBA

CONTINUA

05 FEV 2019

METRO

CONTINUAÇÃO

Superlotação

As 14 delegacias fiscalizadas pelo Conselho

- Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos.
114 presos, espaço para 8
- Centro de Triagem 1.
219 presos, espaço para 84
- Central de Flagrantes.
68 presos, espaço para 37
- 5º Distrito de Curitiba.
26 presos, espaço para 6
- 11º Distrito de Curitiba.
123 presos, espaço para 72
- Araucária.
87 presos, espaço para 8
- Campina Grande do Sul.
44 presos, espaço para 10
- Campo Largo.
107 presos, espaço para 24
- Colombo.
113 presos, espaço para 24
- Fazenda Rio Grande.
65 presos, espaço para 16
- Pinhais.
49 presos, espaço para 12
- Piraquara.
34 presos, espaço para 8
- Rio Branco do Sul.
66 presos, espaço para 24
- São José dos Pinhais.
55 presos, espaço para 8

05 FEV 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Decisão judicial

faz Vale parar

maior mina de MG

Produção no local é de 30 milhões de toneladas de minério por ano; sentença prevê que empresa deixe de lançar rejeitos em 8 barragens

o fomenho
16,5 milhões

De metros cúbicos é o volume da barragem Laranjeiras, na mina de Brucutu, em Minas Gerais. O volume é maior do que o da barragem de Brumadinho, que se rompeu no dia 25 de janeiro.

ONDE FICA



A Vale suspendeu a produção da mina de ferro de Brucutu, a maior do tipo em Minas, após decisão judicial que determinou a paralisação de atividades que possam aumentar o risco em barragens da mineradora no Estado. A empresa não informou a data de início da suspensão.

A decisão, 22ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte, se refere a oito estruturas em Minas, entre elas a barragem de Laranjeiras, que fica em Barão de Cocais, na região central do Estado. A estrutura pertence à mina de Brucutu, no município vizinho de São Gonçalo do Rio Abaixo, a 87 quilômetros de BH.

O processo corre em segredo. Mas a Vale informou, em nota, que o Tribunal de Justiça mineiro acatou ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado de Minas (MP-MG).

A sentença, segundo a empresa, determina que a mineradora deixe de lançar rejeitos ou praticar qualquer atividade capaz de aumentar os riscos de oito barragens em quatro municípios.

A mina produz aproximadamente 30 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, segundo a Vale, o que representa

7,5% das 400 toneladas de minério de ferro que a empresa previa produzir neste ano. Ao Estado, a mineradora informou que a produção em Brucutu foi integralmente suspensa desde a decisão da Justiça.

Já o prefeito de São Gonçalo do Rio Abaixo, Antônio Carlos Bicalho (PDT), disse ao *Estado/Broadcast* que entre 80% e 90% da produção da mina de Brucutu foram suspensos. Segundo ele, a Vale informou sobre a paralisação das operações no último sábado. “Apenas a produção de (minérios) finos segue normal”, afirmou Bicalho.

A barragem da mina de Brucutu tem volume de 16,5 milhões de metros cúbicos – mais do que a barragem que se rompeu em Brumadinho, que tinha 12,7 milhões de metros cúbicos – e dano potencial associado alto, segundo o último relatório da Agência Nacional de Mineração (ANM), de janeiro.

A mina, inaugurada em 2006, fica na região da Serra do Gandarela, um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica e Cerrado da região. Pertence ao Sistema Sudeste, do qual também fazem parte os complexos de Itabira e Mariana, no Quadrilátero Ferrífero. A produção da

mina de Brucutu é escoada pelo porto de Tubarão, em Vitória. A Vale não informou o possível impacto da suspensão da produção para a economia capixaba.

Outras barragens. Além de Laranjeiras, a Justiça determinou, segundo a Vale, a paralisação das barragens de Menezes II, em Brumadinho; Capitão do Mato, Dique B e Taquaras, em Nova Lima, na região metropolitana, e Forquilha I, Forquilha II e Forquilha III, em Ouro Preto, na região central do Estado.

Segundo a Vale, apenas as três estruturas em Ouro Preto foram construídas pela técnica de alteamento à montante, a mesma das barragens 1, de Brumadinho, e de Fundão, em Mariana, que se romperam. Mais barato, este método é considerado menos seguro. A empresa diz que essas estruturas já não estavam operando e estavam incluídas no plano de descomissionamento – a desativação e retirada dos rejeitos – anunciado após a tragédia no mês passado.

CONTINUA

05 FEV 2019

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Com exceção da barragem de Laranjeiras, as demais “têm propósito exclusivo de contenção de sedimentos e não de disposição de rejeitos”. A Vale alega que “todas as barragens estão devidamente licenciadas e possuem seus respectivos atestados de estabilidade vigentes.”

Segundo a mineradora, não há “fundamento técnico ou avaliação de risco que justifique uma decisão para suspender a operação de qualquer dessas barragens”. A empresa disse que vai recorrer da decisão.

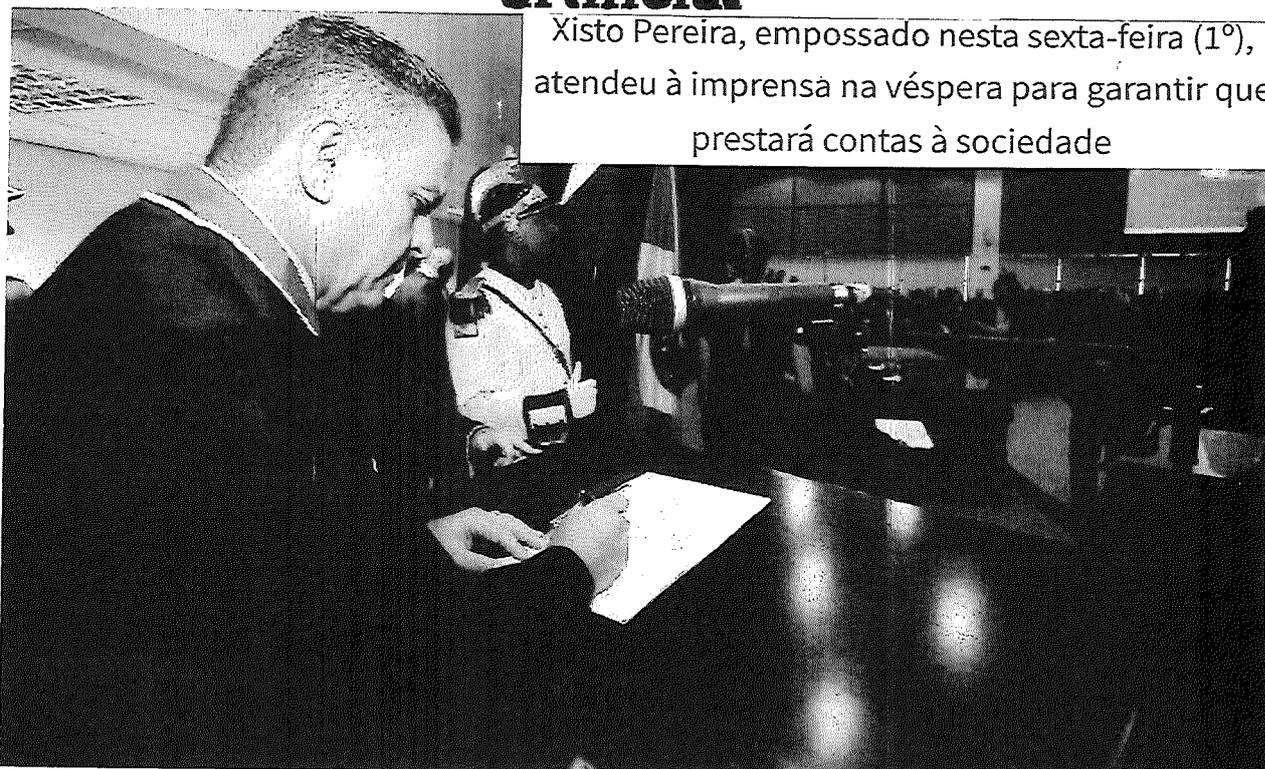
O TJ-MG apenas informou que “a determinação é que não se pratiquem atividades que possam aumentar risco de barragens e outras estruturas especificadas”. O MP-MG disse que não daria mais informações por causa do sigilo judicial. /BETH

**MOREIRA, JÚLIA MARQUES e RODRIGO
PETRY, ESPECIAL PARA O ESTADO**

05 FEV 2019

GAZETA DO POVO

Novo presidente do TJ-PR promete transparência e uso de inteligência artificial



Xisto Pereira, empossado nesta sexta-feira (1º), atendeu à imprensa na véspera para garantir que prestará contas à sociedade

Adalberto Xisto Pereira durante a cerimônia de posse no Tribunal de Justiça. - Foto:Albari Rosa/Gazeta do Povo

Para comandar o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) pelos próximos dois anos, a cúpula diretiva eleita no ano passado tomou posse na tarde desta sexta-feira (1º). Como parte do processo de transição de comando, uma coletiva de imprensa foi concedida na véspera. O novo presidente, Adalberto Jorge Xisto Pereira, garantiu que irá prestar contas à sociedade recorrentemente, como forma de aumentar a transparência do Judiciário do Paraná.

Ele foi inclusive questionado sobre o ranking em que o TJ-PR aparece na 58ª posição de transparência do Judiciário. Xisto Pereira destacou que, entre os tribunais de Justiça, o do Paraná aparece em 11º lugar e que vai ensejar esforços para melhorar a situação. Falou também que se tivessem sido consideradas algumas das contestações feitas pelo TJ-PR a colocação subiria para a 6ª.

Xisto Pereira disse que estabeleceu duas prioridades para o mandato: resolver questões do quadro de pessoal, como a determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de equilibrar a força de trabalho entre o 1º e o 2º graus; e implantar a lógica de inteligência artificial na análise prévia de processos judiciais, buscando agilizar a tramitação e diminuir a sobrecarga de trabalho de servidores e magistrados.

CONTINUA

05 FEV 2019

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Algoritmos capazes de identificar as palavras e buscar padrões, buscando, por exemplo, se estão presentes os pré-requisitos para o recebimento de processos podem ser usados em breve para melhorar o andamento das ações judiciais. As situações de demandas repetidas podem ser descobertas e, assim, levar à uniformização das decisões judiciais, permitindo a chamada segurança jurídica, com respostas semelhantes para casos parecidos. O projeto de inteligência artificial ainda não tem prazos, mas testes estão sendo aplicados pelo CNJ e podem ser reproduzidos, em breve, no Paraná.

No entendimento do novo presidente, algumas dessas soluções a serem implantadas poderiam levar a um redimensionamento da força de trabalho necessária. Xisto Pereira também destacou que pediu a suspensão do concurso de técnico judiciário, pois precisa ter certeza de que terá dinheiro para pagar os salários – além de outras questões administrativas. Ele disse que ainda não tem um prazo estabelecido para uma possível solução do impasse.

O novo presidente disse que já teve uma conversa informal com Ratinho Junior (PSD), mas afirmou que não falaram sobre dinheiro. O governador espera convencer Xisto Pereira a abrir mão da parte do Fundo de Participação dos Estados (FPE) no repasse obrigatório ao Judiciário, o que representaria R\$ 202 milhões a menos. O desembargador disse que está aberto ao diálogo, mas que tem uma série de compromissos financeiros que precisam cumprir.

Posse concorrida

O auditório do 12º andar do TJ-PR não deu conta de comportar a quantidade de público na solenidade de posse, que começou pouco depois das 18 horas. Após as formalidades, Xisto Pereira discursou por 47 minutos. Optou por não detalhar o que pretende fazer à frente do comando do Tribunal (apenas fez algumas menções, como a implantação de um sistema de inteligência artificial). A fala do novo presidente fez um percurso mais emotivo, que o levou a ficar com a voz embargada em vários momentos. Fez questão de frisar a origem simples, na Vila Isabel, em Curitiba, filho de caminhoneiro e cabeleireira. Contou que o Direito chegou tardiamente, depois das experiências como engraxate, office boy e de passar pela área de contabilidade, e que foi primeiramente funcionário auxiliar do TJ-PR e depois promotor. Percorreu momentos marcantes do Brasil e do mundo nas últimas seis décadas e citou de Edgar Morin a Bob Marley. Por fim, mais uma vez emocionado, falou do neto Gregório, de sete meses, que nasceu prematuro e esteve perto da morte. A solenidade terminou com um coquetel oferecido pelos desembargadores empossados.

CONTINUA

05 FEV 2019

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Eleição

A cúpula diretiva foi eleita em novembro, em votação secreta, no Pleno do TJ-PR, composto pelos 120 desembargadores. No segundo turno, Xisto Pereira conquistou a vitória com ampla maioria de votos. Ele substitui Renato Bettega. Xisto será responsável por administrar um orçamento maior do que o da prefeitura de Londrina, segunda maior cidade do Paraná. A gestão de R\$ 3 bilhões ao ano envolve os salários de 900 magistrados e 18 mil funcionários, entre diretos e terceirizados.

O cargo tem ainda atribuições políticas – além de ser o interlocutor com os outros poderes, como Executivo e Legislativo –, o presidente do Judiciário paranaense também fica com a incumbência de assumir o governo estadual em caso de ausência dos representantes legais. Integram ainda a cúpula diretiva do TJ-PR: Wellington Emanuel Coimbra de Moura (1º Vice-Presidente); José Augusto Gomes Aniceto (Corregedor-Geral da Justiça); José Laurindo de Souza Netto (2º Vice-Presidente) e Luiz Cezar Nicolau (Corregedor de Justiça).

05 FEV 2019

GAZETA DO POVO

**De cartórios a corte de
gastos: sete desafios do
novo presidente do TJ**

Adalberto Xisto Pereira assume o comando do
Tribunal de Justiça do Paraná com a necessidade
de lidar com uma série de problemas de curto
prazo

CONTINUA



Adalberto Xisto Pereira tomou posse no dia 1º de fevereiro, com a presença de autoridades, como o governador Ratinho Jr. - Foto:Albari Rosa/Gazeta do Povo

Antes mesmo de tomar posse, na sexta-feira (1º), o desembargador Adalberto Xisto Pereira já foi apresentado a uma boa parte dos problemas que terá de resolver como presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR). Alguns são urgentes, com pouco tempo para solução, e outros são mais de longo prazo, mas que exigem mudanças mais profundas e alterações em estruturas arraigadas.

Algumas dificuldades são de ordem financeira e outras envolvem o quadro de funcionários – tudo a ser balanceado com os anseios da sociedade, com as cobranças internas e com a negociação política com as demais instituições. Ele terá dois anos de mandato para decidir os rumos do Judiciário no estado.

Em entrevista na semana passada, Xisto Pereira disse que aposta no uso de algoritmos e em inteligência artificial para agilizar as decisões judiciais e diminuir a sobrecarga de trabalho dos funcionários. Ao contrário de outros gestores, que ficaram marcados pela vontade de entregar obras, respondeu que pretende fazer uma gestão humanista, focada nas pessoas e na prestação do serviço público.

“Claro que vamos dar atenção aos projetos em andamento, como a segunda fase de construção do Centro Judiciário, no Ahú – que deve ter licitação em breve”, declarou. Também disse que está aberto para ajudar o Ministério Público, que perdeu uma demanda judicial e está obrigado a digitalizar os inquéritos policiais, mas que os termos da cooperação ainda não foram definidos.

Confira uma lista com sete **desafios** que terão de ser enfrentados pelo novo presidente do Judiciário:

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

05 FEV 2019

1 - Estatização de cartórios

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, no final de 2018, que o Judiciário do Paraná precisa retomar o processo de estatização dos cartórios, as chamadas serventias judiciais – estruturas que atendem às demandas das varas, como a movimentação dos processos. Um trabalho que estava interrompido desde 2010 e que, agora, deve ser reiniciado em 60 dias. Segundo Xisto Pereira, o primeiro passo será saber se algumas das 172 serventias têm liminares individuais, que garantem a manutenção do setor privado.

Além disso, o novo presidente disse que precisa estudar modelos de cartórios judiciais para avaliar opções mais otimizadas – mencionou um caso que está sendo testado na região Centro-Oeste do Brasil, com apenas uma serventia atendendo a diversas varas de execução penal. Se o teste funcionar, pode ser replicado em outros locais, diminuindo a quantidade de pessoal a ser contratado.

Segundo o presidente, o momento é de diagnóstico: definido o tamanho da demanda, o tribunal precisa decidir se irá fazer concursos públicos para preencher os cargos nas serventias judiciais – que são bem diferentes dos cartórios extrajudiciais, que prestam serviços como certidões de nascimento e reconhecimento de firma.

2 - Liminar do CNJ

Também no final do ano passado, o TJ-PR encaminhou para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) uma proposta para equilibrar a força de trabalho entre o primeiro e o segundo grau, em resposta a uma liminar que apontava a necessidade de distribuir de forma mais isonômica a quantidade de funcionários. A proposta deve ser analisada pelos conselheiros em breve, mas já se sabe que, mesmo que seja acatada sem pedidos de alteração, exigirá esforços que alteram a configuração do quadro de pessoal do Tribunal.

Além disso, há uma perspectiva de que a proposta seja considerada insuficiente e exija ainda mais mudanças na composição e distribuição dos servidores do TJ-PR. É que um parecer interno no CNJ, ainda não votado, indica que as proposições do Tribunal não atendem a resolução 219 e a liminar do CNJ, mencionando a necessidade de remanejamento de um número ainda maior de funcionários do segundo para o primeiro grau. O caso deve se desenrolar nos próximos dois meses, forçando medidas mais enérgicas por parte do comando do Judiciário do Paraná.

CONTINUAÇÃO

05 FEV 2019

GAZETA DO POVO

CONTINUA

3 - Concursos públicos

Com preocupações relacionadas ao limite prudencial de gastos com pessoal e também com os ajustes que terão de ser feitos para atender a liminar do Conselho Nacional de Justiça, o presidente do TJ-PR pediu que fosse suspenso o concurso público para a contratação de 140 técnicos judiciários – processo seletivo que já se arrasta há mais de dois anos e que agora corre o risco de ser cancelado, com a necessidade de devolução de dinheiro a quem pagou a inscrição.

Xisto Pereira disse que ainda não tomou nenhuma decisão, pois pediu um estudo sobre o cenário, mas que no momento não vê como realizar o concurso. Ele também declarou que não descarta a possibilidade de apostar em terceirizações. Há em andamento, ainda, um concurso para juiz. No momento, há 27 vagas em aberto, com carência de magistrados e o número deve aumentar até que seja concluído o extenso prazo da seleção para juiz – que chega a demorar dois anos.

4 - Corte de despesas

O orçamento do Tribunal de Justiça do Paraná triplicou em uma década, passando de R\$ 1 bilhão para R\$ 3 bilhões. Essa elevação se deu às custas de uma série de fatores – como a movimentação econômica e também mudanças na forma de cálculo – que acabaram aumentando o repasse obrigatório feito pelo governo estadual. Com isso, o Judiciário aprendeu a viver com mais dinheiro, gerando novos gastos, como o crescimento gradual no número de funcionários comissionados, que passou de 600 em 2009 para 2,2 mil em 2018.

Para não comprometer os orçamentos futuros, o presidente avalia que será necessário conter os gastos já. Como as despesas com pessoal é a principal despesa do TJ-PR, Xisto aposta no uso da inteligência artificial para diminuir a demanda por mais funcionários. Ele também informou que pretende investir em outras iniciativas, como a possibilidade de instalar uma usina fotovoltaica, aos moldes do que fez no Tribunal Regional Eleitoral, para diminuir os custos com energia.

CONTINUAÇÃO

5 - Orçamento

Em tom amistoso, respeitando a separação dos poderes, o Judiciário está sendo pressionado a abrir mão de parte do repasse feito pelo governo estadual em prol de investimentos necessários a serem feitos pelo Executivo. Desde 2010, a partir de uma ação de Orlando Pessuti, que ocupava a governadoria à época, o Fundo de Participação dos Estados (FPE) passou a ser considerado na conta do percentual das receitas do estado a que o TJ-PR tem direito.

Em 2019, essa fatia representa R\$ 202 milhões a mais para o Tribunal. O governador Carlos Massa Ratinho Junior (PSD) espera convencer o Judiciário a desistir do valor. Xisto Pereira disse que está aberto ao diálogo, mas que há compromissos assumidos que o impedem de abrir mão dos recursos já previstos. Eles se encontraram apenas uma vez este ano, antes da posse, e o novo presidente declarou que não falaram sobre dinheiro. Há a expectativa de que voltem a se reunir em breve para debater projetos conjuntos.

6 - Correição

A correição periódica feita pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) identificou uma série de irregularidades na gestão do Tribunal de Justiça do Paraná. O relatório foi divulgado em agosto e parte dos itens apontados está sendo questionada pelo TJ-PR. Independentemente da contestação, há uma série de medidas que precisam ser tomadas com urgência, uma vez que foram estabelecidos prazos para a solução, como a diminuição nos gastos com férias dos magistrados.

Foi apontado que não há uma escala, com vistas ao planejamento e possibilitando substituições. Assim, muitos juízes e desembargadores acabariam não usufruindo o tempo determinado para as férias – que é de 60 dias por ano – e acabam “vendendo” o direito. As indenizações somaram cifras milionárias, com prejuízo aos cofres públicos. Foram R\$ 118 milhões em dois anos. Xisto Pereira declarou que está ciente sobre o relatório da correição e que medidas serão tomadas, como a escala de férias determinada pelo CNJ.

7 - Transparência

Um recente levantamento feito pelo Conselho Nacional de Justiça apontou que o TJ-PR ocupa a 58ª posição entre as estruturas mais transparentes do Judiciário. Xisto Pereira fez questão de frisar que, na comparação apenas entre tribunais de Justiça, o Paraná está em 11º lugar e assegura que vai pedir um levantamento sobre a situação para definir o que é possível melhorar e, assim, aumentar a transparência das decisões e atos públicos.